

1 **10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE**
2 **FRANCA – 09 DE ABRIL DE 2015.**

3 Aos nove dias do mês de abril de 2015 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a décima
4 Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e
5 representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade, Senhor Márcio
6 Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião dezesseis (16) conselheiros sendo sete (7) do poder
7 público e nove (9) da sociedade civil, com os seguintes **Conselheiros titulares:** Ariluce Ferreira Vilela,
8 Dalva Deodato Taveira, Cristiane Barcaroli, Márcio Henrique Silva Nalini, Leonel Aylon Cantano,
9 Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Josiane Aparecida Antunes de Campos.
10 **Conselheiros suplentes:** Jane Izabel Miranda Biagiotti Lellis, Águeda Coelho Marques Soares, Fernanda
11 Barcelos Figueiredo Salomão, Rosângela Aparecida de Paula, José Carlos Gomes, Juliana Bertazzi
12 Passone. **Conselheiros na titularidade:** Raquel Costa Cândido Santiago, Padre Célio Adriano Cintra.
13 Participaram da reunião 06 convidados. **Com a seguinte pauta:** **Assuntos: Ofício Órgão Gestor:**
14 **Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa – LA e PSC**
15 - Análise e deliberação sobre procedimentos administrativos de alteração no valor do cofinanciamento
16 municipal em favor da ESAC; **Solicitação da Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Controle**
17 **social de entidades:** recomposição da comissão em razão da ausência de alguns membros; **Processo de**
18 **Renovação do Colegiado: segmento Organização de Trabalhadores** – definição sobre como será feita
19 a renovação do suplente. **Informes: Ofício Secretaria de Finanças nº089/2015** - resposta ao CMAS
20 sobre Solicitação de Estudos para Reajuste de Valores Repassados para Cofinanciamento de Serviços;
21 **Renovação do Colegiado** - resultado da Assembleia Eleitoral do Colegiado – candidatos eleitos e
22 representantes indicados; **Convite** - Posse do colegiado dia 30 de Abril às 8h30 – Auditório da Uni
23 FACEF – Unidade II; **Ofício da conselheira Fernanda - representante suplente do segmento criança**
24 **e adolescente** – solicitação de desligamento do colegiado; **Ofício da Secretaria de Planejamento**
25 **Urbano** – indicação de representantes – titular e suplente – em substituição aos representantes da
26 PROHAB. O presidente Márcio iniciou a reunião apresentando a justificativa de ausência dos seguintes
27 conselheiros: Sônia, Aparecido, Cida e Denizar. Após, o mesmo exibiu a pauta do dia, aprovada pelo
28 colegiado. Na sequência, a 2ª Secretária do CMAS, Juliana realizou a leitura da ata da 8ª Reunião
29 Ordinária do dia 26 de março de 2015, aprovada sem alteração. Dando seguimento, o presidente deu
30 início aos assuntos da reunião, sendo o primeiro o Ofício nº134/2015 - SEDAS referente ao Serviço de
31 Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa – LA e PSC. Márcio
32 solicitou a Secretária Executiva Maria Amélia para realizar a leitura do mesmo, bem como a leitura do
33 ofício nº 26/2015, encaminhado pela ESAC. Após, a conselheira Dalva manifestou-se discorrendo sobre o
34 assunto. Inicialmente apresentou o Plano de Aplicação dos recursos da Entidade ESAC. Informou que no
35 exercício de 2013, a entidade ESAC passou a executar o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em
36 Cumprimento de Medida Socioeducativa – LA e PSC, uma vez que o Poder Público não dispunha de
37 capacidade operacional de recursos humanos, de acordo com as orientações técnicas para execução do
38 serviço. Nessa época foi realizada uma consulta junto ao Estado e União, sobre a possibilidade deste

39 serviço ser executado pela rede privada, sendo afirmativa a resposta o Órgão Gestor solicitou um
40 documento para formalizar essa afirmativa. Com a demora no encaminhamento deste documento pela
41 União, o órgão gestor formalizou a consulta. A orientação recebida, neste exercício, pelo Ministério do
42 Desenvolvimento Social – MDS foi que os recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social
43 não podem ser repassados para a rede privada e que sejam aplicados na unidade estatal CREAS e a
44 execução das medidas socioeducativas estejam sob a responsabilidade do CREAS, de acordo com
45 Tipificação Nacional. Dalva apontou a questão da inexistência da equipe de referência, explicando que é
46 um serviço que para cada 20 adolescentes necessariamente precisa de um orientador social para o
47 acompanhamento das medidas socioeducativas e que o município de Franca está no limite daquilo que a
48 Lei de Responsabilidade Fiscal permite na contratação de trabalhadores para executar os diferentes
49 serviços na prefeitura. Relatou que quando foi feito o convênio com a ESAC, a meta prevista era de um
50 atendimento de até 70 pessoas/jovens e dentro dessa meta, a possibilidade de atender tanto medida de
51 Liberdade Assistida quanto de Prestação de Serviços à Comunidade, sendo que a medida de PSC
52 anteriormente não era aplicada pelo poder judiciário. Neste exercício o Judiciário passou a aplicar
53 também a medida socioeducativa de PSC, e hoje são atendidos treze jovens, salientando que esse número
54 nunca é fixo. Informou que a entidade já vinha apresentando para o órgão gestor esse aumento na meta
55 que não havia sido previsto. Diante da orientação do MDS, o órgão gestor adotou a providencia de
56 retomar a execução das medidas socioeducativas de Prestação de Serviço a Comunidade, pela equipe do
57 CREAS, a partir de maio/2015 e a ESAC permanece na execução da medida socioeducativa de Liberdade
58 Assistida (LA), atendendo a mesma meta do prevista no convênio. Informou que a Secretária de Ação
59 Social Gislaíne negociou com a administração municipal, a complementação dos recursos no valor
60 equivalente ao cofinanciamento Federal, no valor de R\$4.400,00(quatro mil e quatrocentos reais)
61 mensais, para a ESAC, considerando que a mesma deverá manter o mesmo número de trabalhadores e a
62 mesma meta. Salientou que a ESAC cumprirá apenas a medida socioeducativa de liberdade assistida, com
63 cofinanciamento exclusivo do Estado e do Município. Tina questionou se o serviço de PSC já está sendo
64 executado pelo CREAS ou iniciará a partir de maio. Dalva esclareceu que somente a partir de maio e que
65 no momento as equipes do CREAS e da ESAC, estão em processo de transição. Leonel solicitou
66 esclarecimentos sobre as medidas socioeducativas, quais ações são realizadas. Em resposta Dalva e
67 Fernanda esclareceram que o adolescente que cometeu um ato infracional é encaminhado pelo poder
68 Judiciário para a unidade executora que estabelece com o adolescente um Plano Individual de
69 Atendimento com estabelecimento de metas, reflexões sobre o ato infracional e as situações de risco. O
70 plano individual prevê ações voltadas para retorno à escola, capacitação profissional, empregos e outros.
71 Compõem ações grupais e individuais, oficinas de grupo e um acompanhamento sistematizado com
72 profissionais de serviço social, psicologia e outros, além do acompanhamento familiar realizado pelo
73 CREAS. Leonel questionou o que ocorre quando o adolescente não cumpre as atividades. Fernanda
74 esclareceu que a ESAC faz um parecer periodicamente para o Poder Judiciário, a cada três meses, que
75 pode advertir o adolescente ou aplicar novas medidas. A presidente do COMUTI, Victalina, fez algumas
76 considerações sobre adolescentes que cumprem medida de privação de liberdade na Fundação CASA.

77 Ressaltou que além de toda preocupação em estar dialogando com o adolescente é feito todo um trabalho
78 de atendimento as necessidades básicas do adolescente, como alimentação, vestuário, higiene, bem como,
79 atividades de recreação, lazer, culturais e outras. Explicou que alguns adolescentes aceitam e
80 coparticipam do trabalho, porém outros não respondem positivamente pelo atendimento e atestam que
81 assim que saírem do cumprimento das medidas, voltarão para o crime. Tina manifestou preocupação e
82 lembrou que em uma reunião com o Tribunal de Contas onde foram passadas algumas orientações para as
83 entidades, aquele órgão alertou às entidades para terem cuidado de não executar serviços que são de
84 competência exclusiva do poder público. Disse que ficou preocupada, pois na Tipificação Nacional e nas
85 orientações técnicas do serviço em questão, consta que o mesmo deve ser ofertado obrigatoriamente pelo
86 CREAS. Questionou se o município tem o respaldo de que pode executar o serviço em uma unidade
87 referenciada. Dalva esclareceu que o Estado de São Paulo é categórico em afirmar a possibilidade de
88 execução pela rede privada, tanto é que o repasse do recurso do Estado permite isso. E se posteriormente
89 a situação for diferente da instalada hoje, o Órgão Gestor fará a adequação e se houver por parte do
90 Governo Federal ou Estadual uma manifestação incisiva de que o ajuste é necessário, o município fará
91 esse ajuste. Tina questionou de onde sairá o recurso municipal que vai ser repassado para ESAC. Dalva
92 esclareceu que existe um orçamento previsto dentro da Secretaria de Ação Social que é maior que o
93 recurso financeiro aplicado. Explanou que a Gestora desta Secretaria negociou com a administração, para
94 garantir e suprir através do recurso Municipal o repasse da União e a Secretaria de Finanças assumiu o
95 compromisso de fazer a cobertura financeira dentro de um orçamento que já existe. Após discussões e
96 esclarecimentos sobre o assunto, o Conselho deliberou pela aprovação da alteração no valor do
97 cofinanciamento municipal à Entidade ESAC. Como próximo assunto da reunião sobre a Comissão de
98 Acompanhamento, Fiscalização e Controle Social de entidades, o presidente concedeu a palavra para a
99 Secretária Executiva Maria Amélia, que comunicou que a composição da referida comissão, se dava pelos
100 seguintes membros: Clóves, Tina, Juliana, Cida, Selma e o José Fernando. Entretanto, a mesma informou
101 que o Professor José Fernando não pertence mais ao colegiado. Disse também que as representações das
102 conselheiras Selma e Cida não serão reconduzidas e que ambas já comunicaram a impossibilidade de
103 participar das próximas reuniões, bem como de assumir qualquer comissão. Diante dessa situação a
104 comissão ficou muito restrita e considerando que tem um trabalho a ser realizado de análise e parecer
105 sobre a entidade executora do serviço de acolhimento de crianças e adolescentes – IJEPAM, os membros
106 da comissão sugeriram a recomposição da mesma. A conselheira Tina salientou que conforme discutido
107 em reunião ampliada, alguns documentos relacionados ao IJEPAM precisam ser analisados pela comissão
108 antes da reunião do dia 22 de abril em conjunto com o CMDCAF, por isso a solicitação de recomposição.
109 Propôs que os membros do Poder Público se manifestassem, considerando que a comissão está
110 representada no momento apenas por integrantes da Sociedade Civil. Márcio sugeriu que seja uma
111 comissão temporária, uma vez que o colegiado está em processo de renovação e após a posse dos
112 conselheiros, todas as comissões serão recompostas. Manifestaram-se para compor a comissão as
113 conselheiras Raquel e Águeda. Tina questionou também quanto à definição da reunião ampliada, com
114 relação aos encaminhamentos e procedimentos de cada Conselho sobre a entidade IJEPAM, pois em seu

115 entendimento cada comissão fará suas considerações analisadas e a deliberação será dada em conjunto
116 com o CMDCAF, na próxima reunião ampliada do dia 22 de abril. Após discussões e apontamentos ficou
117 definido que será realizada uma reunião extraordinária para próxima quinta feira dia 16 de abril com a
118 finalidade da comissão apresentar o resultado e parecer referente a entidade em questão. Definiu-se
119 também que será apresentada uma sugestão ao CMDCAF de que na reunião ampliada do dia 22 de Abril,
120 o presidente da entidade IJEPAM, Sr. Cloves, possa se pronunciar num tempo máximo de 15 minutos no
121 início da reunião, retirando-se logo em seguida. Como último assunto, sobre o Processo de Renovação do
122 Colegiado, Maria Amélia informou que o segmento de Organizações dos Trabalhadores o suplente está
123 em vacância. Lembrou que os candidatos para este segmento, Luis Fernando e Vilma, foram indeferidos
124 no processo eleitoral por não terem experiência mínima de 02 anos na área da qual iriam representar.
125 Maria Amélia citou o Artigo 3º - § 4º do Regimento Interno do Conselho, no qual diz “*Na hipótese de não*
126 *ocorrer indicação de membros nas assembleias realizadas, os respectivos segmentos serão novamente*
127 *convocados até que sejam indicados seus representantes.*” O presidente Márcio sugeriu para o colegiado
128 solicitar novamente ao sindicato dos servidores público a indicação de um dos dois candidatos, Luis
129 Fernando ou Vilma, para a suplência do segmento, considerando que ambos já completarão o tempo de
130 experiência na área em maio, sem refazer o processo eleitoral. O colegiado concordou com a proposta do
131 presidente, com a sugestão da conselheira Ariluce, de solicitar ao indicado uma documentação que
132 comprove a experiência na área da Organização dos Trabalhadores, antes da posse dos conselheiros.
133 Finalizados os assuntos da reunião, Márcio prosseguiu para o primeiro informe da pauta sobre o Ofício
134 nº089/2015 da Secretaria de Finanças, em resposta ao ofício CMAS de Solicitação de Estudos para
135 Reajuste de Valores Repassados para Cofinanciamento de Serviços. Maria Amélia realizou a leitura do
136 mesmo. Márcio disse que contatou a Secretária de Finanças, que informou que caso a comissão solicite
137 maiores esclarecimentos, a mesma estará a disposição. O conselheiro Clóves manifestou-se sugerindo que
138 as entidades se reúnam, discutam e apresentem uma contra proposta sobre o assunto. O próximo informe
139 tratou-se sobre a Renovação do Colegiado 2015 e Maria Amélia apresentou a relação dos candidatos
140 eleitos e indicados, que serão empossados no próximo dia 30 de abril. Ressaltou que apenas o segmento
141 Universidades Privadas não havia manifestado a indicação, porém em contato com a UNIFRAN,
142 informou que encaminharão em breve. Em seguida foi exibido o Convite da Posse do Colegiado, que
143 acontecerá no dia 30 de Abril às 8h30 no Auditório da Uni FACEF – Unidade II. Na sequência foi
144 apresentado um documento elaborado pela conselheira Fernanda solicitando seu desligamento como
145 representante suplente no segmento Organizações de Atendimento à Criança e Adolescente e
146 posteriormente foi apresentado o Ofício da Secretaria de Planejamento Urbano sobre a indicação de
147 representantes – titular e suplente – desta Secretaria em substituição aos representantes da extinta
148 PROHAB. Finalizada a reunião, Márcio agradeceu a todos pela presença e solicitou a permanência dos
149 conselheiros que compõe a comissão organizadora da Conferência Municipal para uma reunião. Nada
150 mais havendo a tratar a ata foi lavrada pela Secretária Executiva do CMAS.